

Cartografia de um “engano”: Navegabilidade e integração territorial na Bahia colonial

Caio Figueiredo Fernandes Adan¹

Universidade Estadual de Feira de Santana - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia
caioadan@gmail.com

RESUMO

Em um mapa de fins do século XVI, representando a cidade de Salvador e o seu entorno, o Recôncavo da Baía de Todos os Santos, um detalhe é digno de atenção: a localização, no interior da dita baía, da ilha de Boipeba. Localizada a uma distância aproximada de 100 quilômetros dali, na direção do sul, a dita ilha sequer pertencia à Real Capitania da Bahia, estando em verdade adjudicada à donataria de Ilhéus. Sua trajetória histórica, contudo, esteve intimamente ligada à dinâmica colonizadora baiana, tendo se notabilizado como celeiro produtor de alimentos destinados ao abastecimento dos engenhos açucareiros e vilas de Salvador e seu Recôncavo. Nesse sentido, e na esteira das reflexões que enfatizam o registro cartográfico menos como retrato fiel de uma realidade geográfica exterior e mais como representação de um conjunto de relações espaciais, o que a presente comunicação propõe é a possibilidade de pensar esse registro em específico como uma “metáfora espacial”, reveladora da estreiteza dos laços que vinculavam a dita ilha ao sistema social, econômico e militar da capitania da Bahia. Sob esse viés, busca destacar a centralidade da produção de alimentos para a reprodução da economia agro-exportadora, e a importância da navegação como elemento de integração territorial na colônia, corroborando, assim, proposições relativas à historicidade das formas regionais, especificamente no que toca à idéia de um “Recôncavo Histórico” da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: América Portuguesa; Capitania Real da Bahia; Baía de Todos os Santos – Recôncavo; Cartografia; Navegabilidade; Integração Territorial.

I - APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como ponto de partida um erro. A partir dele, busca apresentar algumas idéias sobre o processo de apreensão e representação do território americano durante o período colonial. Por paradoxal que possa parecer a muitos um estudo histórico que, apoiado numa informação inverídica, procure formular idéias legítimas sobre o passado, desde há muito vem os historiadores refletindo sobre as tensas relações entre conhecimento histórico e verdade.

O erro, como ato inerente ao sujeito, está por si só inscrito no curso do processo de produção da História, e isso bastaria para fazer dele objeto da reflexão historiográfica. Afinal, quantos importantes

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (2009). Professor Assistente do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana. Pesquisador do projeto “Formação Territorial da Bahia: subsídios para a construção do Atlas Histórico da Bahia Colonial (séculos XVI-XVIII)”.

eventos não tiveram seu desenvolvimento baseado em falsas premissas, quantos atos de violência não se perpetraram fundados em visões enganosas da realidade?

De outra parte, na medida em que os regimes de validação do saber histórico são postos à mostra, e cada vez mais se acentua a sua condição de artefato discursivo, construído a partir de uma relação estreita com os vestígios legados pelo passado, mas sempre em diálogo com as questões do tempo presente e certa dose de imaginação histórica, novas formulações vem chamar a atenção para as delicadas tensões entre a narrativa histórica e as noções de *verdadeiro*, *falso*, *fictício* (BANN, 1994; GINZBURG, 2007).

Se o conhecimento histórico continua a ter como premissa os princípios da severa crítica dos testemunhos, os critérios de autenticidade que outrora excluíram do domínio do historiador grande variedade de documentos ditos falsos, errôneos ou demasiado subjetivos tem sido postos de lado, e dado lugar a uma nova atitude historiográfica interessada em inquirir esses testemunhos, a fim de conhecer os sentidos que envolveram sua construção: São registros sinceros, baseados em falsas premissas? Nasceram do ardil dos sujeitos do passado, interessados em dissimular a realidade em busca do atendimento de interesses concretos e reais? Uma vez admitidos como verdadeiros, que efeitos são capazes de operar no curso do processo histórico? E afinal, o que podem nos dizer sobre os homens e mulheres que os produziram e sobre o tempo em que viveram?

A idéia para esse artigo surgiu de maneira totalmente ocasional. Folheando uma publicação editada na Bahia naquele ano, dedicada ao estudo da oceanografia da Baía de Todos os Santos (HATJE, ANDRADE, 2009), deparei-me com um mapa histórico que, decorando as páginas que entremeavam os diferentes capítulos, apresentava, bem no interior da dita baía, um ilha nomeada como sendo *Boypaba*.

Pombal, e à institucionalização, ali, de uma comarca, instrumento administrativo-jurisdicional destinado à gestão daquele território a partir de então.

No curso daquela pesquisa, pude conhecer as dinâmicas de interação sócio-espacial que vinculavam as povoações daquela capitania – com destaque para as vilas de Camamú, Cairú e Boipeba – e a cidade de Salvador, desde os tempos primeiros da colonização. Assim, sustentei, quero crer, que as íntimas relações estabelecidas entre aqueles dois espaços antecederam em muito o momento da incorporação formal daquele território à Capitania Real, ligando-se, em verdade, às especificidades do empreendimento açucareiro engendrado no litoral americano àquela época, que tinha, associado a si, um largo cinturão produtor de alimentos destinados à manutenção das vilas e cidades coloniais e das populações escravas dedicadas à atividade agroexportadora, conforme apontado, aliás, por larga e prestigiosa historiografia (SCHWARTZ, 1988; 2001, pp. 123-170; LINHARES, SILVA, 1981; BARICKMAN, 2003).

A partir dessa constatação, e iluminado pelas lições do ilustre baiano Milton Santos, pude então assentar em minha mente a percepção quanto à historicidade das formas de organização humana no espaço e a necessidade de relativizar certo caráter “natural” que se costuma atribuir às formas regionais. Tal assertiva, aliás, revelava-se sobremaneira verdadeira em se tratando da idéia de Recôncavo Baiano, vez que esta se encontra, por sua própria etimologia, estreitamente vinculada ao acidente geográfico da Baía de Todos os Santos, ainda que, como demonstrou o eminente geógrafo, esteja plenamente revestida de historicidade, variando suas fronteiras, no tempo, ao sabor das transformações políticas, econômicas e tecnológicas da sociedade e do capital, sem jamais perder seu caráter integrativo e orgânico, materializado numa rede de cidades unidas a Salvador por relações econômicas hierarquizadas e dinâmicas sociais específicas (SANTOS, *In*: BRANDÃO, 1998).

Dessa maneira, pude compreender a importância de se pensar a noção de Recôncavo para além de suas fronteiras atuais, postulando, assim, a inclusão, nesse conjunto regional, ao menos durante o período colonial, de territórios posicionados muito além da Baía de Todos os Santos, tal como definida pela geografia contemporaneamente, tais como as ditas vilas de Camamú, Cairú e Boipeba. Nisso também, apenas segui a trilha deixada por outros estudos anteriores (COSTA E SILVA, 2000, p. 48; BRANDÃO, 1998, p. 30).

Feito este pequeno parêntese, creio ter explicitado de antemão as razões porque julguei aquele mapa tão emblemático e curioso, logo à primeira vista. Um registro do tempo colonial que coloca uma ilha tão remota quanto a de Boipeba – cuja vila, nos seus tempos mais áureos, logrou contar três mil habitantes, e que hoje não é mais que um balneário turístico famoso por suas praias paradisíacas e semi-desertas – no centro de um dos maiores e mais importantes núcleos da experiência colonizadora moderna, a Baía de Todos os Santos, me pareceu uma excelente metáfora da centralidade desempenhada por esses pequenos

centros produtores de alimentos no processo de reprodução do sistema plantacionista e, mais ainda, do caráter espacialmente dinâmico dessa organização regional.

Todavia, o referido registro foi produzido por um sujeito do final do século XVI, e por mais que pareça possível lançar mão dele para sustentar os argumentos que aqui proponho, não há qualquer razão para supor que seu autor, ao produzi-lo, tenha deliberadamente pretendido atribuir-lhe esse caráter metafórico. Como sugiro no título, prefiro pensar que tal ato de nomear a dita ilha, verdadeiramente existente naquele lugar, como se verá, como sendo a ilha de Boipeba, é fruto de um engano sincero e inteiramente perdoável. Tal não significa, contudo, que seja destituído de relevância, uma vez que é capaz de nos dizer muito sobre o seu tempo, tanto no que toca à percepção mais geral dos colonizadores portugueses sobre o território americano, e aos dispositivos de representação desse mesmo território de que lançaram mão, quanto no que respeita especificamente à dinâmica da colonização nessa parcela do litoral americano hoje pertencente ao Estado da Bahia.

Para tanto, faz-se-necessário conhecer melhor o referido registro, seu autor, e as condições em que foi realizado.

II - O MAPA BAHIA DE TODOLOS SANTOS

O mapa em questão, bastante difundido em publicações relativas à história da colonização no Brasil e na Bahia, como só depois pude perceber (HISTÓRIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1923; CALMON, s/d; BAHIA, 2001; RISÉRIO, 2003), é parte da obra *Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*, manuscrito pertencente à Biblioteca da Ajuda de Lisboa, publicado no Brasil em edição homônima (1968).

Anônimo e sem datação, o referido documento consiste no primeiro roteiro, conhecido e integralmente preservado, de descrição e conhecimento da costa brasileira, ainda que tenha, por certo, possuído antecessores. Composto de 53 folhas, inclui 13 cartas que cobrem a costa atlântica americana desde pouco ao norte de Olinda até o Estreito de Magalhães, entre as quais a carta *Bahia de todos os sãos*, objeto dessa investigação, e o célebre *Terra do Brasil*, que apresenta a possessão colonial portuguesa repartida de acordo com suas capitânias.

Embora sem estar assinado, é de todo consensual a atribuição de sua autoria a Luís Teixeira, Cosmógrafo de Sua Majestade, a quem pertenceria não só o texto do manuscrito como também as cartas que se lhe integram. Tal hipótese, inicialmente sugerida pelo historiador português Armando Cortesão, ainda em 1935, foi posteriormente ratificada por outros estudiosos, entre os quais Teixeira da Mota e Max

Justo Guedes. Tal atribuição apóia-se tanto em características do referido manuscrito, que em tudo o assemelham à obra do dito cartógrafo, quanto em evidências documentais que sugerem ter estado o mesmo em missão ao Brasil pelos idos de 1573. Por isso, considera Max Justo Guedes não restar dúvidas quanto ao ser a dita carta da autoria de Luís Teixeira² (Cf. ROTEIRO, 1968, pp. 13-17).

No que respeita à data de produção do manuscrito, não há de todo consenso, ainda que seja pacífico restringir sua produção às três últimas décadas do século XVI. Armando Cortesão, apoiado na documentação manuscrita, refere que Luís Teixeira teria vindo ao Brasil no governo de Luís de Brito e Almeida, reputando assim datar-se o manuscrito entre 1573-1578, pouco mais. Jaime Cortesão, por sua vez, teria fixar a feitura dos protótipos entre 1573-1574 e a produção da cópia em 1583. Posteriormente, fixou-a em 1586, no que foi secundado por Teixeira da Mota, que datou-o entre 1581-1591 (*Ibidem*, pp. 18-19).

Já Max Justo Guedes, sugere que o referido manuscrito seja pensado a partir de duas fontes de informação: no trecho compreendido entre Pernambuco e São Paulo, ele seria fruto da observação direta e de levantamentos produzidos no período 1573-1574, quando seu autor teria estado no Brasil, mas a redação definitiva e o desenho das cartas em ateliê teria se dado *a posteriori*, o que explica o anacronismo entre as representações gráficas e as demais descrições havidas para a década 1580-1590. A segunda parte do *Roteiro...*, por sua vez, relativa ao trecho que se inicia em São Paulo e recobre o litoral atlântico americano até o Estreito de Magalhães, teria sido feito já por esta época, sem o recurso da observação direta, justificando assim os erros e lacunas que existem nesse trecho. Evidenciaria, nesse sentido, a conjuntura de união das Coroas Ibéricas, iniciada em 1580, sinalizando um esforço de integrar, numa representação conjugada, as possessões americanas portuguesa e espanhola (*Ibidem*, *loc. cit.*).

Portanto, a despeito das eventuais controvérsias que lhe envolvam, trata-se de um dos mais antigos e importantes registros do primeiro século da colonização portuguesa na América, caracterizado por minuciosa descrição do litoral atlântico sul-americano, fazendo dele um seguro roteiro de navegação da costa brasílica. Para o almirante Guedes, afigura-se num “(...) manuscrito de importância só comparável ao Tratado descritivo do Brasil, (de Gabriel Soares de Sousa) para a historiografia brasileira no século XVI”, produzido “em quase a sua totalidade, como consequência da observação direta das regiões que retrata”. Seu caráter informativo e claramente instrumental, inscreve-o na longa tradição dos portulanos que marcaram os primórdios da cartografia náutica, e que tanta importância tiveram no sucesso das expedições portuguesas do início da época moderna (MARTINS, 2005, pp. 59-60).

² Sobre seu autor, pouco se sabe, além de ser ele pertencente a eminente família de cartógrafos portugueses, filho de Pero Teixeira, também cartógrafo, e pai de João Teixeira Albernás, que lhe continuou a obra. Examinado pelo cosmógrafo-mor Pedro Nunes em 1564, cinco anos depois foi nomeado oficialmente para fazer cartas e instrumentos náuticos; foi-lhe atribuída também a feitura de levantamentos no Brasil, em 1573, e nos Açores, em 1582; teria falecido em idade avançada, entre 1613 e 1622 (Cf. GUEDES, In: ROTEIRO, 1968, p. 17).

É, ademais, a primeira representação conhecida da Baía de Todos os Santos, apresentando a cidade de Salvador e alguns dos marcos mais destacados daquele acidente geográfico, entre os quais suas principais ilhas, em que se sobressai Itaparica, por sua dimensão geográfica e importância estratégica, resguardando a entrada da baía. É digna de nota também a representação do rio Paraguaçu (*Paraoaçú*), principal curso a desaguar na baía e eixo prioritário de penetração no território da capitania durante os dois primeiros séculos da colonização, bem como do lagamar que este cria pouco antes de sua barra, em cujas bordas floresceu uma das mais importantes freguesias açucareiras da Bahia, Iguape (cujo nome, todavia, o mapa não apresenta). A Barra do rio Jaguaripe, que vem desaguar mais ao sul, em face da ponta meridional da ilha de Itaparica, também está assinalada (*barra de Juaguaripe*), bem como o estreito canal navegável que se forma ali entre o continente e a face oeste da ilha. Merece destaque ainda a sinalização, na parte inferior do mapa, da extrema setentrional da ilha de Tinharé, onde está assinalado o morro de São Paulo, um dos mais importantes marcos da navegação naquele litoral.

Com relação às ilhas, o único erro digno de nota é a já observada identificação da mais setentrional delas como sendo *boypeba*, a qual se localiza, em verdade, fora da baía, três léguas ao sul da ilha de Tinharé, e integrando, juntamente com esta, o conjunto de 26 ilhas que constitui na atualidade o território do município de Cairú, único município-arquipélago do Brasil. Tais possessões pertenciam à época à capitania de Ilhéus, doada em 1534 ao escrivão da Fazenda Real, Jorge de Figueiredo Correia, e a esta época já afeita ao patrimônio da família Giraldes – cuja relativa proximidade dali é assinalada pelo próprio autor ao apresentar sobre o território de Tinharé, a observação *terra que vay pera os Ilhéus*, provavelmente se referindo à vila que deu nome à dita capitania.

A explicação para tal equívoco, já plenamente admissível em função do contexto histórico de produção do dito registro – momento ainda inicial do processo de reconhecimento e representação do território colonial, marcado, inclusive, por uma prática cartográfica realizada muitas vezes sem o contato direto com o espaço representado (o que, contudo, não se afigura no caso em tela, como já se sugeriu) – assentar-se-ia, a meu ver, num engano plenamente excusável, decorrente da confusão entre topônimos de semelhante sufixo. Assim, sugiro que teria pretendido o autor, em verdade, representar a atual ilha de Madre de Deus, conhecida naqueles tempos primeiros da colonização por “Cururupeba” (ou “Curupeba”, como também se verifica na documentação). Ele mesmo demonstra ter conhecimento de sua existência ao apresentar as muitas ilhas que tinha a baía “dentro em sy (de muy boas fazêdas assi yngenhos como rossas de canas, algodões, mantimetos. como sam ylha de máree, ylha das fontes, ylha dos frades. Ylha de boypeba, y. de Cururupeba” (ROTEIRO..., 1968, p. 31), sem, contudo, representar graficamente esta última.

Admitida essa hipótese preliminar, restando assim explicado o aludido engano cartográfico, fica ainda a questão de saber porque teria arrolado o autor, dentre as ilhas da Bahia, a dita Boipeba, situada a boa distância dali e tão estranha a esse integrado e orgânico conjunto. Sugiro que uma resposta para essa

questão deva, necessariamente, suscitar outra questão, mais complexa e preliminar: a que Bahia está esse autor a se referir? Como a percebe e representa? Quais os sentidos de organicidade e integração que lhe atribui? Um olhar mais abrangente sobre o registro em questão, associado ao cotejo do mesmo com a documentação manuscrita e a historiografia respeitante à Bahia colonial, pode indicar outros caminhos de reflexão.

Quero de imediato me referir à representação demasiadamente imprecisa do litoral compreendido entre a barra do rio Jaguaripe e a ponta da ilha de Tinharé, onde está assinalado o morro de São Paulo, altamente contrastante, aliás, com a representação da Baía propriamente dita, cuja semelhança com os registros cartográficos atuais é notável. Naquele trecho em específico, o encurtamento do referido litoral, possivelmente buscado para garantir a representação do morro de São Paulo, ponto estratégico de orientação naquele trecho do litoral – procedimento, aliás, recorrente em outros registros do período, como se verá –, e o alinhamento procedido pelo autor entre as pontas setentrional da ilha de Tinharé, o morro de São Paulo, e a ponta meridional da ilha de Itaparica (conhecida como Caixa-Pregos), terminaram por distorcer a real configuração do litoral naquele trecho ao sul da Baía de Todos os Santos.

Dessa maneira, o referido registro parece insinuar uma inflexão da mesma Baía para o sul, como que se abrindo para engolfar um largo trecho de praia que a referida representação termina por eludir, efeito que o cartógrafo logra obter ao fazer recuar aquela costa e alterar-lhe o formato côncavo, abrindo sua porção sul nas proximidades do morro de São Paulo, e sinalizando ali uma pequena barra. O exame da superposição da carta quincentista com um mapa atual pode tornar mais evidente meu argumento.

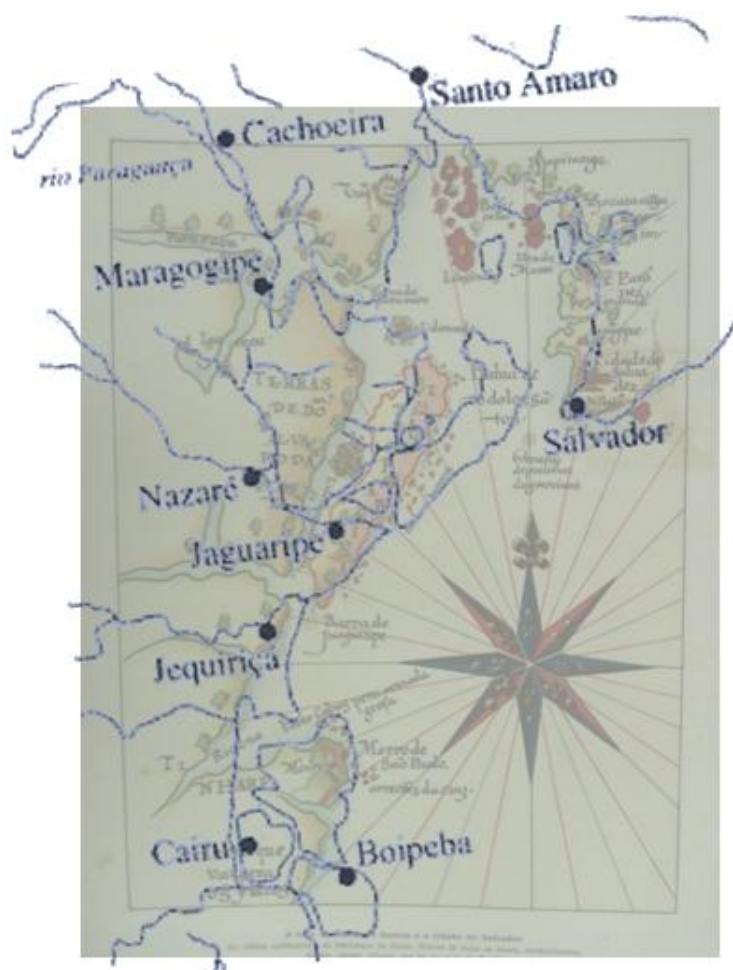


Figura 02: Superposição dos mapas Bahia de todos santos, Op. Cit., e Recôncavo baiano, litoral sul e sertão de dentro (fragmento), In: PUNTONI, 2006.

Assim, o que a referida representação sugere é uma idéia da Baía de Todos os Santos como constituída por todo o território compreendido entre a Ponta do Padrão (atual Farol da Barra, em Salvador) e a ponta do morro de São Paulo, na Ilha de Tinharé, englobando, dessa maneira, toda a faixa continental compreendida entre os rios Jaguaripe e Jiquiriçá. Não pretendo com isso insinuar que estivesse agindo o eminente cartógrafo de má-fé. Pelo contrário, o que desejo propor é que tal representação seja decorrente de uma percepção sincera do território colonial. Constituída de um forte sentido de maritimidade, ela se viabiliza pela própria experiência mareante, evidenciando a navegabilidade como elemento prioritário na organização dos fluxos coloniais e instrumento essencial de apreensão e representação do território, presente, ademais, em variados registros oriundos dos dois primeiros séculos da colonização (ADAN, 2009, pp. 49-55).

Tal percepção com relação à Baía de Todos os Santos, aliás, não é estranha a outros registros contemporâneos ao relato de Luís Teixeira. Pode ser também observada, por exemplo, a partir das crônicas produzidas no primeiro século de efetiva colonização na Bahia. Já o *Tratado de Terras e Gentes do Brasil*, de Pero de Magalhães Gândavo, em seu terceiro capítulo, dedicado à descrição da Capitania da Bahia de Todos os Santos, observa possuir aquela capitania “uma baía muito grande e fermosa” medindo três léguas de largo, e onde se podia navegar quinze léguas por ela adentro. Observa ainda o fato de ser ela dotada de “muitas ilhas de terras muito viçosas que dão infinito algodão” e dividida em muitas partes, “com muitos braços e enseadas dentro” (2006, p.3).

A importância da navegação como modal de transporte central para a estruturação dos processos sociais e econômicos naquela ambiente também é percebida pelo autor. Além de destacar o fato de que “Os moradores da terra todos se servem por ela com barcos para suas fazendas”, ele dedicara ainda um tópico de sua descrição sobre a capitania da Bahia para discorrer sobre os seus rios. Nessa passagem, insinua certa confusão entre os domínios da Bahia, ao incluir, entre os seus rios, aqueles declarados como sendo de Tinharé, Camamú e Rio de Contas, todos eles pertencentes à capitania de Ilhéus, para só no capítulo seguinte tratar da capitania dos Ilhéus, a qual considerara “uma das abastadas terras de mantimentos que há no Brasil”:

Doze léguas desta Bahia de Todos os Santos está um rio que se chama Tinharé, onde se recolhem muitas embarcações que passam para as outras Capitánias. [...] Mais avante seis léguas está um rio que se chama Camamu em treze graus e meio, no qual podem entrar quaisquer naus seguramente quatro, cinco léguas por ele dentro [...] Há outro que se chama o rio de Contas, está em catorze graus e meio, mas não é tão grande, ainda que também entrem nele algumas embarcações (*Ibidem*, p. 3-4).

Nesse sentido, é importante destacar que Gândavo não demonstra grande preocupação em evidenciar os limites entre as referidas capitánias de Ilhéus e Porto Seguro. Pode-se até aventar que tal atitude fosse uma demonstração de que, ainda naquela década, a tímida marcha da colonização ainda não colocava em conflito os diferentes donatários por questões territoriais.

Já no relato de Gabriel Soares de Sousa, que escreverá menos de duas décadas depois de Gândavo, a situação parece bem distinta. Ainda que não se preocupe, no curso de sua descrição do litoral brasileiro, em indicar os limites havidos entre as capitánias, ao discorrer sobre a doação feita pelo rei Dom João III ao primeiro capitão-donatário da capitania da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, Sousa cuidará de declarar a extensão de seus domínios, afirmando ter lhe sido feita mercê pelo monarca “da terra que há da ponta do Padrão até o rio de São Francisco, ao longo do mar; e para o sertão, de toda a terra que couber na demarcação deste Estado, e lhe fez mercê da terra da Bahia com seus recôncavos” (SOUSA, p. 73).

Por ora, note-se a referência que Sousa faz não apenas a um, senão a múltiplos “recôncavos da Bahia”. Como assinalou o historiador baiano Waldir Freitas de Oliveira, ao recorrer a tal idéia, teria pretendido o cronista referir-se ao conjunto de “reentrâncias, enseadas, baías menores, lagamares” que compõe a paisagem da Baía de Todos os Santos (2004, p. 197). Sentido de pluralidade, aliás, contrastante com certas idéias hegemônicas de regionalidade e identidade às quais tal noção tem sido contemporaneamente associada. Ainda a esse respeito, cumpre lembrar que, no período colonial, o termo não foi exclusivamente utilizado para se referir aos domínios da Baía de Todos os Santos, senão que se usava referir também a um “recôncavo da Guanabara” (Cf. BARICKMAN, 2003, p. 38).

Tornando ao relato de Sousa, é de se destacar ainda que, já naquele momento, percebia o autor a importância estratégica das povoações da capitania dos Ilhéus para o sustento da Bahia, como se nota no relato que faz do episódio em que o gentio da capitania, que antes vivia em paz com o dito donatário, se “alevantou”, destruindo roças e fazendas “e tomando-lhe a água e mais mantimentos, os quais neste tempo lhe vinham por mar da capitania dos Ilhéus” (SOUSA, p. 74). Relação, aliás, de verdadeira mutualidade, pois, na mesma medida em que as vilas de Ilhéus supriam a Bahia de mantimentos, a proximidade com esta lhes garantia proteção militar, bem como um canal de viabilização de seu excedente produtivo.

Sousa discorre com grande propriedade sobre aquele litoral, especialmente o trecho compreendido entre a Ilha de Itaparica e o morro de São Paulo, onde, afinal, possuía terras e engenhos, às margens do rio Jaguaripe. Ele demonstra conhecimento, por exemplo, da existência de dois caminhos de acesso à Salvador a partir do morro de São Paulo (referido por ele como “morro de Tinhare”), a barra leste, mais larga, compreendida entre Itaparica e Salvador, e a barra oeste, situada entre a referida ilha de Itaparica e a ponta de Jaguaripe, na embocadura do rio de mesmo nome, destacando que “por cada uma destas barras se entra na baía com a proa ao norte” (*Ibidem*, p. 142). Cuida ele ainda de destacar a importância estratégica do morro de São Paulo, em cuja “baía” (a expressão é dele) podem entrar “naus de todo o porte, e tem grande ancoradouro e abrigada à sombra do morro, de que se aproveitam muitas vezes as naus que vêm do reino, quando lhes escasseia o vento, e não podem entrar na baía da ilha para dentro” (*Ibidem*, *loc. cit.*)³.

Finalmente, após descrever as terras compreendida entre os rios Jaguaripe e *Juquirijape* (Jequiriçá), cujos cursos o cronista comparava aos dos rios Douro e Guadiana, respectivamente, Sousa declarava

³ A esse respeito, cumpre recordar a saudosa pesquisadora Kátia Mattoso que em sua obra monumental *Bahia, uma Província no Império*, ao referir-se ao morro de São Paulo, já destacava tratar-se de “uma pequena colina que, embora distante, domina a ‘barra falsa’, ao sul da entrada da Bahia” (1992, p. 48), causando confusão entre os navegadores estrangeiros que, contemplando daquele ponto a larga enseada que se abre na direção do norte, até o canal do Jaguaripe, julgavam enfim começar a penetrar nas águas calmas da Baía de Todos os Santos.

E por aqui temos concluído com a redondeza da Bahia e suas ilhas, que são trinta e nove, a saber, vinte e duas ilhas e dezessete ilhéus, fora as ilhas que há dentro nos rios, que são dezesseis entre grandes e pequenas, que junto todas fazem a soma de cinquenta e cinco; e tem a baía, da ponta do Padrão, andando-a por dentro sem entrar nos rios, até chegar à ponta do Tinharé, cinquenta e três léguas (SOUSA, p. 162).

Essa singular concepção, superlativa e entusiástica, acerca das reais dimensões da Baía de Todos os Santos, considerada pelo mesmo Luís Teixeira, “húa das mais fremosas que há no múdo e capas de muy grossícima armada” (ROTEIRO, 1968, p. 40), se pode ser vinculada à percepção mesma dos sujeitos coloniais acerca daquele grande mar interior, amplo circuito de interação social e econômica que abrangia todos os territórios contíguos conectados por mar a Salvador, decorrem também, em certa medida, da superposição de dois domínios geográficos não necessariamente coincidentes, mas historicamente associados: o acidente geográfico que forma a Baía de Todos os Santos, e a capitania que lhe leva o nome. Nesse sentido, há uma segunda conjunto de fatores, esses de natureza política, que ajudam a explicar as dúvidas e dissensões que cercaram o processo de delimitação da Baía de Todos os Santos durante o período colonial e que se vinculam aos esforços do Governo-Geral da Bahia de ampliar o território sua ingerência direta.

A origem desse fenômeno está ligada a certa imprecisão ocorrida por ocasião do estabelecimento dos forais de doação das primeiras capitanias, cujos limites não foram claramente delimitados, dizendo-se apenas que suas terras começariam “na parte onde se acabarem as de outras” (TAVARES, 1999, p. 110). Especificamente no caso da donataria da Bahia, sua carta de doação, passada em 1534, determinava estender-se do rio São Francisco para o sul, até a ponta da Baía de Todos os Santos, incluindo seu Recôncavo, sem, contudo, fixar claramente seu limite. A carta de doação da capitania de Ilhéus, por sua vez, determinava começarem as ditas terras

na ponta da Bahia de Todos os Santos da banda do Sul, e correrão ao longo da costa pelo dito sul, quanto couber nas ditas cinqüenta, as quais cinqüenta se estenderão e serão do largo da costa, e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme adentro quanto puder entrar e for de minha conquista, em todas as ilhas que houver até dez léguas ao mar na frontaria (Cf. LISBOA, 1825, p. 252).

Assim, a questão da divisa exata entre as duas capitanias dependia de uma determinação acerca de onde terminaria a Baía de Todos os Santos. Uma vez mais, o relato de Gabriel Soares de Sousa ajuda a esclarecer alguns aspectos fundamentais dessa contenda que, por quase dois séculos, opôs o Governo-Geral da Bahia e os poderes instituídos na capitania de Ilhéus:

Quando el-rei D. João III repartiu parte da terra da costa do Brasil em capitânicas, fez mercê de uma delas, com cinquenta léguas de costa, a Jorge de Figueiredo Correa, escrivão da sua Fazenda; a qual se começa da ponta da baía do Salvador da banda do sul, que se entende da ilha de Tinharé (como está julgado por sentença que sobre este caso deu Mem de Sá sendo governador, e Brás Fragoso sendo ouvidor-geral e provedor-mor do Brasil) e vai correndo ao longo da costa cinqüenta léguas (SOUSA, p. 77).

Na segunda parte de seu relato, esta puramente dedicada ao *Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem*, o autor cuidará de reiterar:

El-rei D. João III de Portugal, que está em glória, estava tão afeiçoado ao estado do Brasil, especialmente à Bahia de Todos os Santos, que, se vivera mais alguns anos, edificaria nele um dos mais notáveis reinos do mundo, e engrandecera a cidade do Salvador de feição que se pudera contar entre as mais notáveis de seus reinos, para o que ela estava mui capaz, e agora o está ainda mais em poder e aparelho para isso, porque é senhora desta baía, que é a maior e mais formosa que se sabe pelo mundo, assim em grandeza como em fertilidade e riqueza. Porque esta baía é grande e de bons ares, mui delgados e sadios, de muito frescas e delgadas águas, e mui abastada de mantimentos naturais da terra, de muita caça, e muitos e mui saborosos pescados e frutas, a qual está arrumada pela maneira seguinte. A baía se estende da ponta do Padrão ao morro do Tinharé, que demora um do outro nove ou dez léguas, ainda que o capitão da capitania dos Ilhéus não quer consentir que se estenda senão da ponta da ilha de Itaparica à do Padrão; mas está já averiguada por sentença, que se estende a baía da ponta do Padrão até Tinharé, como já dito; a qual sentença se deu por haver dúvida entre os rendeiros da capitania dos Ilhéus e da Bahia, sobre a quem pertenciam os dízimos do pescado, que se pescava junto a este morro de Tinharé, o qual dízimo se sentenciou ao rendeiro da Bahia, por se averiguar estender-se a baía do morro para dentro, como na verdade se deve de entender (SOUSA, p. 141).

Seu relato, portanto, é revelador: primeiro porque, ao declarar estar a cidade de Salvador “agora” mais capaz do que antes, em virtude de ter se assenhorado da baía que lhe envolve, sugere que tal não fosse antes “senhora” desses domínios. Em seguida, depois de saudar a grandeza, fertilidade e riqueza da dita baía, destacando o frescor de suas águas, a fartura e sabor de seus mantimentos, frutos e pescados, aponta seu limite meridional como sendo o morro de São Paulo, sem deixar de revelar o dissenso que acerca dessa matéria havia entre as autoridades da Bahia e o capitão de Ilhéus. E, por fim, ainda nos dá a conhecer a razão primordial desse conflito, qual fosse o interesse pela arrecadação dos dízimos decorrentes da produção pesqueira que se realizava junto ao “morro de Tinharé”, contenda que, julgada pelo Ouvidor Geral da Bahia, Braz Fragoso, resultou em provimento favorável ao rendeiro da Bahia.

Gostaria ainda de chamar a atenção para outro aspecto. É que, ao declarar ter se “averiguado” (é exatamente esse o verbo empregado por Sousa) “estender-se a baía do morro para dentro”, o autor sugere que a determinação do limite sul da Baía no morro seria, portanto, mera questão de verificação de uma condição objetiva, como se o morro encerrasse, de fato, a extrema meridional da dita baía. Por outro lado, ao se utilizar da fórmula discursiva “como na verdade se deve entender”, torna a propor o autor a idéia de

que essa aferição não seria meramente objetiva, havendo-se, ainda assim, que acatar a “verdade” prolatada pela autoridade judiciária constituída.

Assim é que queria chamar atenção para o fato de que, conquanto escrevendo em 1587, o mencionado cronista reputa ao tempo do governo Mem de Sá decisão que determinou os domínios da Baía de Todos os Santos. Assim sendo, e considerando ter esse governante estado no comando da capitania da Bahia no período de 1557-1572, podemos considerar que tal decisão tenha se verificado dentro desse intervalo temporal. Lamentavelmente, não tive ainda conhecimento do extrato original da decisão a que se refere Sousa, e todos os comentadores da matéria a que tive acesso apóiam-se justamente no depoimento desse autor. De todo modo, considero significativo que as hipóteses com relação a uma possível viagem de Luís Teixeira à Bahia sugiram-na entre os anos de 1573-1574, na vigência do governo de Luís de Brito e Almeida que veio a ser, justamente, o sucessor de Mem de Sá.

Por essa razão, no cotejo da documentação levantada, e admitindo a veracidade dos fatos aduzidos na mesma, parece possível ligar a representação cartográfica de Luís Teixeira a essa concepção de Baía de Todos os Santos que se pretendeu legitimar desde então⁴.

Finalmente, ainda no curso da União Ibérica, a ameaça holandesa tornará ainda mais evidente o caráter estratégico que o morro de São Paulo, e, ademais, todo aquele circuito produtivo das vilas ditas “de baixo” desempenhava para a economia da capitania baiana. Desde o tempo da tomada da cidade de Salvador, entre 1624-1625, e até a guerra defensiva que se seguiu, findando com a reconquista de Pernambuco já nos meados do século (1654), diversas notícias dão conta da ação dos batavos nos domínios da capitania de Ilhéus. Essas ações incluíram desde tentativas de aproximação pacífica, motivadas pela necessidade de abastecimento das tropas de águas, madeiras e víveres, até operações ofensivas destinadas à conquista daqueles territórios.

Nessas ocasiões, foi importante a reação das comunidades estabelecidas na região, que reagiram com firmeza às investidas flamengas. Foi de suma importância, ainda, o apoio dos índios aldeados nas missões jesuíticas existentes no entorno dessas vilas, conforme evidenciou estudo recente (MAGALHÃES, 2010). O grande risco das incursões holandesas naquele território consistia no eventual bloqueio marítimo daquelas vilas, impedindo que sua produção de farinha chegasse para abastecer a capital, Salvador. A questão

⁴ Questão distinta diz respeito à implicação de tal decisão quanto à extensão dos domínios da Baía de Todos os Santos no que respeita ao limite entre as capitanias de Ilhéus e da Bahia. Isso porque, se parece ter prevalecido, num primeiro momento, o entendimento de que o limite entre as duas capitanias seria a barra do rio Jaguaripe, como, aliás, sugere o mapa *Terras do Brasil*, do mesmo Luís Teixeira, bem como outros relatos, dentre os quais o de Diogo de Campos Moreno, em seu *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil* (*Apud* BARROS, 1928, p. 428-429), já na obra de Frei Vicente do Salvador não parece mais restar dúvida sobre a questão da delimitação exata da capitania dos Ilhéus, “[...] a qual começa da ponta do sul da barra da Baía, chamada o morro de São Paulo, por diante” (SALVADOR, 2006, p. 27). De todo modo, ao cabo do século XVII, já estava sacramentada a incorporação da faixa territorial compreendida entre os rios Jaguaripe e Jiquiriçá à capitania da Bahia, como se verifica do exame da Portaria de Dom João de Lencastro, de 13 de julho de 1696, que, ao delimitar as recém-criadas ouvidorias da Bahia e de Sergipe, definiu os limites daquela como sendo “para o norte até Itapoan e para a banda do sul até onde a capitania da Bahia confina com a de Ilhéus, às quais divide o rio Jiquiriçá” (FREIRE, 1998, p. 141-142). Sobre a matéria, ver ainda ADAN, 2009, pp. 36-49.

merecera, inclusive, a atenção do Padre Antônio Vieira, conforme observou Pablo Iglesias Magalhães (2010, p. 91).

É nessa conjuntura que as autoridades da Bahia optam por armar defensivamente o morro de São Paulo. A fortificação, construída a partir de 1628 por Diogo Luís de Oliveira, representava um elemento central na defesa da Baía de Todos os Santos, vigiando à distância sua entrada ao sul e, simultaneamente, inibindo as ações holandesas nas vilas do sul. Os próprios holandeses tinham consciência da posição estratégica desse ponto, conforme evidenciado no desenho a seguir, atribuído a Dierick Ruyters e datado de cerca de 1618.

O que chama atenção no referido mapa, em verdade um simples esboço, apresentando o sistema defensivo da cidade de Salvador, é, principalmente, seu caráter impreciso, ainda mais em se tratando de um período marcado por representações muito mais exatas daquele litoral. Desde a forma mais ampla da baía, muito mais estreita e aberta para o oceano do que ela de fato se apresenta, passando pelo tamanho e posicionamento da ilha de Itaparica e suas vizinhas (totalmente distinto do real), até o traçado desleixado do litoral, o registro se revela distorcido em todas as suas proporções. Destaca-se, no entanto, a identificação de uma massa territorial qual se apresenta na porção inferior da imagem, onde uma letra “y” assinala “Tinharé”. Assim é que, uma vez mais, a partir do registro se pode evidenciar o olhar do sujeito histórico no seu tempo. Interessado em oferecer o melhor quadro possível do território a conquistar, Ruyters cuida de destacar o ancoradouro natural existente na ponta norte da ilha de Tinharé, assinalando seu caráter estratégico, mesmo que para tal tivesse de subverter totalmente as proporções do território que deveria representar.



Figura 03: Baía de Todos los sanctos. Dierick Ruiters, ca. 1618. In: REIS FILHO, Nestor Goulart, 2000.

Assim, pretendi demonstrar como, ao longo do período colonial, e especialmente durante o primeiro século de efetiva colonização, os esforços dirigidos ao projeto de apossamento do território colonial, bem como de sua representação por meio dos instrumentos ocidentais de conhecimento, constituíram um dos mais importantes vetores de viabilização da empresa colonial. Nesse processo, os registros cartográficos jogaram um papel importante, fossem enquanto instrumentos a serviço da orientação geográfica dos agentes da colonização ou na difusão de representações pretensamente hegemônicas acerca do território colonial, construídas a partir de um delicado e tenso processo em que impressões subjetivas e interesses políticos, econômicos e militares se combinaram num esforço comum de interpretação e entendimento do meio americano que se ambicionava dominar. Por isso, tais registros configuram-se como fontes privilegiadas para o conhecimento dessa primeira fase da colonização, especialmente se combinados com fontes documentais de natureza diversa mas que, a despeito de suas especificidades, revelam-se conjuntamente inscritas nesse projeto mais amplo de apropriação, material e simbólica, do território colonial.

III - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. *Colonial comarca dos Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)*. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Bahia (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2009.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. *Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI, 2001.
- BANN, Stephen. A verdade em cartografia. In: _____. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Edunesp, 1994, pp. 239-262.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARROS, Francisco Borges de. *Arqueologia e História*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1928.
- BRANDÃO, Maria (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.
- CALMON, Pedro. *História da Bahia*. São Paulo: Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, s/d.
- COSTA E SILVA, Cândido da. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Edufba, 2000.
- FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil*, v. 1 (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998 (edição fac-similar).
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado de Terra do Brasil*. In: *Anais do I Encontro Nordestino de História Colonial*. João Pessoa: ENHC, 2006 (em CD-Rom).
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HATJE, Vanessa; ANDRADE, Jailson B. de. *Bahia de Todos os Santos: aspectos oceanográficos*. Salvador: UFBA, 2009.
- HISTÓRIA da Expansão Portuguesa no Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1923.
- LINHARES, Maria Yêdda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LISBOA, Balthazar da Silva. *Memória Topográfica e Econômica da Comarca dos Ilhéus. Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo X, p. 87-265, 1825.
- MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. *Equus Rusus: a Igreja Católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Salvador: UFBA, 2010.
- MARTINS, Antônio Vieira. *Náutica e cartografia náutica na origem da ciência moderna. Navigator*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 53-68, dez./2005.

- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. Notícia sobre engenhos, igrejas e ilhas do Recôncavo. In: *Anais do 5º Congresso de História da Bahia*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Bahiatursa; Fundação Gregório de Mattos, 2004, pp. 197-202.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000 (em CD-Rom).
- RISÉRIO, Antônio. *Tinharé: História e Cultura no Litoral Sul da Bahia*. Salvador: BYI Projetos Culturais Ltda., 2003.
- ROTEIRO de todos os sinais na costa do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.
- SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. In: *Anais do I Encontro Nordestino de História Colonial*. João Pessoa: ENHC, 2006 (em CD-Rom).
- SCHWARTZ, Stuart B. Roceiros e escravidão: alimentando o Brasil nos fins do período colonial. In: _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001, pp. 123-170.
- _____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras; CNPq, 1988.
- SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, p. 141-142. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf> [Acesso em 30-set-2009].
- TAVARES, Luís Henrique. *O primeiro século do Brasil*. Da expansão da Europa ocidental aos governos gerais das terras do Brasil. Salvador: Edufba, 1999.